

FH volta a ameaçar dissidentes

■ “Quem votar contra, mostra que está fora do governo”, disse o presidente, nos EUA. “A não ser que tenha argumento técnico”

SÉRGIO LEO
Enviado especial

NOVA IORQUE — O presidente Fernando Henrique Cardoso voltou a ameaçar os aliados que o traírem na votação da emenda constitucional da reforma administrativa, prevista para hoje, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara: “Quem votar contra, mostra que está fora do governo”, disse o presidente, durante a caminhada entre o hotel e o prédio da Organização das Nações Unidas (ONU). “Votou contra, não é governo, a não ser que tenha argumento técnico. Esse eu aceito. Mas na Comissão de Constituição e Justiça não há argumento técnico que justifique”, completou.

Fernando Henrique não poupou críticas aos aliados nem quando falou de sua conversa com o presidente da Rússia, Bóris Ieltsin, a quem convidou para caçar no Pantanal (convite logo transformado em pescaria, por motivos ecológicos). Ieltsin, entusiasmado, anunciou que viaja ao Brasil em abril. “Vamos ficar três dias pescando. Vou ter de encher o lugar de peixe e, sabe como é, peixe não é confiá-

vel, você põe ali e ele vai embora. É como alguns partidos”, disse Fernando Henrique que, perguntado se falava de partidos como o PFL, confirmou: “É. Como o PFL.”

A viagem do presidente, porém, tem sido cheia de gestos amistosos com um dos principais líderes do PFL, o senador Antônio Carlos Magalhães, levado à ONU na condição de presidente da Comissão de Relações Exteriores. Fernando Henrique teve ontem um almoço reservado com Antônio Carlos, que mostrou ter se reaproximado do presidente após os incidentes da intervenção no Banco Econômico.

Fernando Henrique também fez questão de lembrar o vice-presidente Marco Maciel, do PFL, em um curioso diálogo com o presidente da Rússia, Bóris Ieltsin. “Quem é seu primeiro-ministro?”, indagou Ieltsin. “Não temos. O primeiro-ministro sou eu”, respondeu Fernando Henrique. Ieltsin insistiu. Queria saber se não havia alguém ocupando funções similares às de primeiro-ministro no governo brasileiro. “O Marco Maciel”, respondeu o presidente.

“Vou encher o lugar de peixe para o Ieltsin. Mas sabe como é, peixe não é confiável, você põe ali e ele vai embora. É como alguns partidos”

Em sua caminhada entre o hotel e o prédio da ONU, Fernando Henrique explicou: só aceita argumento contra a reforma após a votação da CCJ

Nova Iorque — Maria José Lessa



Acordo de lideranças

EUGÊNIA LOPES

BRASÍLIA — Governo e líderes dos partidos aliados chegaram ontem à noite a um acordo sobre a quebra da estabilidade do funcionalismo público. Pelo acordo, União, estados e municípios poderão demitir funcionários quando a folha de pagamento ultrapassar 60% de suas arrecadações. Nesse caso, serão demitidos preferencialmente os funcionários não concursados ou em período de experiência (estágio probatório). Isso não impede, no entanto, a demissão de funcionários que hoje são estáveis. Essas demissões terão que ser feitas até 31 de dezembro de 1998.

O acordo não significa, entretanto, que a votação, hoje, da constitucionalidade da reforma administrativa na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara será tranquila. “A assinatura dos líderes não significa que o acordo será aceito pelos liderados”, reconheceu o líder do governo na Câmara, Luiz Carlos Santos (PMDB-SP). O acordo para aprovação da emenda na CCJ foi fechado pelo ministro da Administração, Bresser Pereira, com os líderes do PMDB, Michel Temer (SP), do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), do PSDB, José Anibal (SP), e do PTB, Nelson Trad (MS).

O líder do PPB, Odelmo Leão (MG), participou da reunião mas não assinou o acordo. O deputado Luiz Carlos Santos ficou encarregado de levar o acordo para o relator da emenda na CCJ, deputado Prisco Vianna (PPB-BA). “Se o relator não acolher esse acordo, nós vamos apresentá-lo na comissão

que vai analisar o mérito”, explicou o líder.

Pelo acordo, somente os funcionários públicos admitidos após a promulgação da emenda da reforma administrativa poderão ser demitidos por excesso de pessoal. O acordo prevê, no entanto, uma exceção: União, estados e municípios poderão demitir servidores para limitar em 60% as despesas com o pagamento de pessoal, conforme prevê o artigo 159 da Constituição. Esse ajuste terá que ser feito até o dia 31 de dezembro de 1998, que é o prazo determinado pela lei que regulamentou o artigo da Constituição (*Lei Rita Camata*).

Limite — Os primeiros funcionários a serem demitidos são os que não têm estabilidade e os que estão em estágio probatório. “Poderão ser demitidos funcionários estáveis, que fizeram concurso. Mas isso deve acontecer só em alguns estados”, disse o líder do governo. Na União, por exemplo, não deverá haver demissões porque são gastos apenas cerca de 30% da receita com o pagamento de pessoal. Já no Rio de Janeiro, onde 70% da receita líquida do estado vai para o pagamento de pessoal, haverá demissões. Os funcionários demitidos terão direito a indenização.

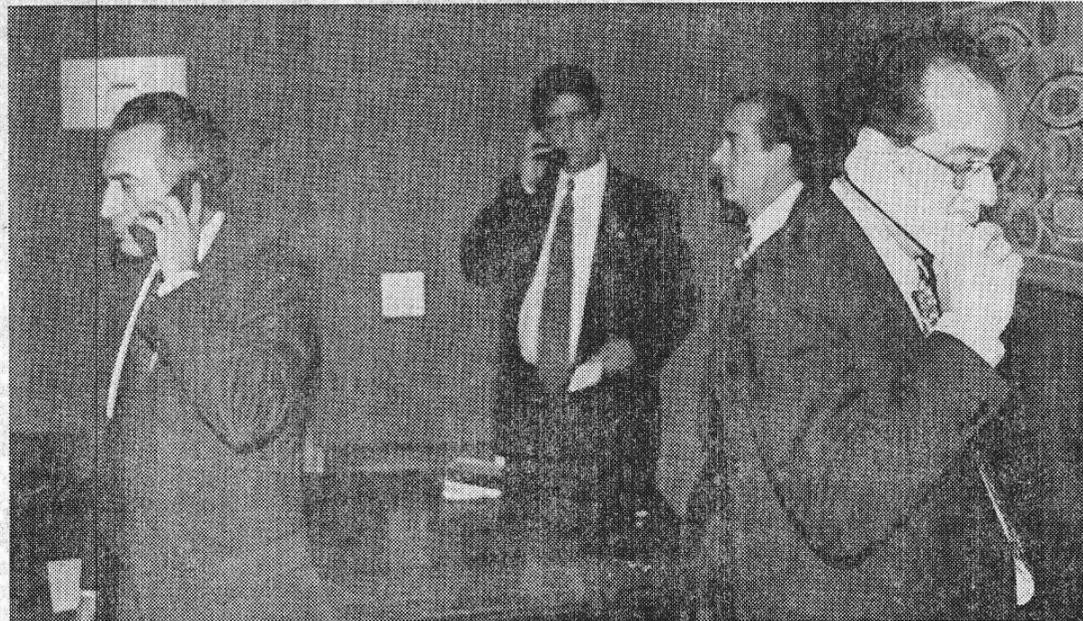
Luiz Carlos Santos pretende apresentar hoje na CCJ alguns dos critérios que serão usados na demissão de funcionários. Pelo acordo, a demissão será feita por critérios objetivos a serem estabelecidos em lei complementar. Além disso, os cargos dos funcionários demitidos serão automaticamente extintos, ficando sua recriação proibida por quatro anos.

Brasília — Arnildo Schulz



Bresser (E) ficou horas com os líderes, e chegou ao acordo: se a folha crescer demais, é permitido demitir

Brasília — Gilberto Alves



Temer (E), Anibal (D), Leão e Santos: um mês de impasse, articulação febril na véspera da votação